

Democratização do Ensino Superior: A Graduação em História para Movimentos Sociais do  
Campo na UFPB

Regina Maria Rodrigues Behar – Depto. de História - UFPB<sup>1</sup>

O Curso de Licenciatura Plena em História para Movimentos Sociais do Campo foi criado na Universidade Federal da Paraíba, por meio da Resolução 16/2004, de 27 de maio de 2004, no âmbito do Programa Estudante Convênio, colocando na ordem do dia uma discussão que há muito vem sendo alvo das pressões dos diversos grupos organizados da sociedade civil brasileira e de polêmica entre seus defensores e detratores: a questão da inclusão social e do acesso à educação como ação afirmativa, no sentido de diminuir as desigualdades historicamente cristalizadas em nosso país em pleno século XXI.<sup>2</sup>

A iniciativa também atende a cumprimento da legislação ora em vigor, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (Lei 9.394/96) que orienta a elaboração curricular e a legislação complementar e o Parecer CNE/09/2001. A legislação prevê a oferta, pelo sistema público de ensino, de educação diferenciada, incluindo-se as demandas específicas dos afro-descendentes, dos indígenas, dos portadores de necessidades especiais, dos povos do campo.

O curso desenvolve-se como resultado de uma parceria entre o INCRA, através de seu Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), a Fundação José Américo e a UFPB. A primeira turma, de caráter nacional, realizou vestibular eliminatório e classificatório em regime especial, e iniciou o curso em outubro de 2004, inaugurando pioneiramente uma modalidade cujas principais inovações metodológicas são o seu caráter intensivo, com carga horária duplicada, diminuindo o tempo de estadia dos alunos na cidade de João Pessoa e na UFPB, e a inclusão de um percentual de 20% da carga horária não-presencial, a ser desenvolvido pelos alunos em suas comunidades, devidamente acompanhados por monitores preparados para tal supervisão.

Durante quatro anos os alunos se deslocarão de seus estados para realizar dois períodos intensivos por ano, cumprindo, em período concentrado, seus estudos de graduação na UFPB. O curso segue o Projeto Político Pedagógico, a carga horária e o mesmo rigor acadêmico da formação oferecida aos alunos do curso extensivo, expressão que os diferencia do modelo intensivo e seqüencial que caracteriza o curso de Licenciatura Plena em História para Movimentos Sociais do Campo.

A demanda por este curso tem uma história longa que começou no final do ano de 2003 quando lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, procuraram o Departamento de História do CCHLA - UFPB com a proposta de que o mesmo e a Universidade Federal da Paraíba encampassem a idéia de oferecer uma turma especial para professores de escolas de assentamentos rurais. Seriam sessenta pessoas oriundas de todas as regiões do país. Significa uma gota d'água no oceano das necessidades educacionais das populações assentadas, mas o movimento tem, como meta, a formação de quadros superiores que se coloquem a serviço da melhoria do ensino no campo brasileiro e essa é apenas uma das iniciativas para as quais pretendem continuidade.<sup>3</sup>

A partir da implantação do curso torna-se necessário discutir a importância cultural e pedagógica dessa experiência, frente à exclusão que marca a cidadania camponesa em nosso país desde a ocupação de terras no Brasil, quando se cristalizou uma estrutura agrária baseada na grande propriedade e na escravidão dos produtores diretos. Posteriormente, o rompimento com o modelo escravista não se fez acompanhar de nenhum projeto de inclusão dos ex-escravos.

A sobrevivência de relações pré-capitalistas de produção no campo brasileiro viabilizou a existência de um campesinato formado por arrendatários, parceiros, meeiros, e outras formas de acesso à terra que foram parte constitutiva da formação do capitalismo no campo. No entanto, o processo de modernização, principalmente a partir de meados do século XX, colocaria em xeque a continuidade de sua existência. Movimentos como as Ligas Camponesas, no Nordeste, insurgiram-se contra o modelo agrário baseado no latifúndio, dando uma dimensão política à luta pela reforma agrária. A ditadura militar pós-

64 destruiu esse, como outros movimentos organizados da sociedade civil, então em ascensão.

A partir de 1974, com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), os movimentos sociais do campo retomam sua trajetória de lutas. Nesse processo, surge em 1979, no encontro ocorrido no estado de Santa Catarina, o Movimento dos Sem Terra.<sup>4</sup> Inicialmente com atuação no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul o movimento cresceu em todas as regiões e hoje se encontra presente em praticamente todos os estados da Federação.<sup>5</sup> A importância do MST intensificou-se nos anos 90, transformando-o em interlocutor e liderança de uma parcela significativa do campesinato brasileiro no universo da “via campesina”.<sup>6</sup>

O Movimento conseguiu, ao longo desse período, ampliar seu leque de alianças estratégicas na esfera da produção acadêmica, o que inclui algumas universidades públicas brasileiras. Nesse processo, há que se estabelecer a diferença entre o Movimento, enquanto organização e os camponeses, enquanto coletivo que busca representar. No reconhecimento da diferença é preciso perceber o papel do MST (e de outros movimentos sociais do campo) na constituição de um novo campesinato que, se marcado por valores de uma tradição agrária, passou, também, a incorporar a luta tanto pelo acesso à terra como pela defesa de uma nova identidade camponesa, como afirmação positiva frente à dicotomia urbano/rural que sistematicamente creditou inferioridade ao campo.

Esse novo campesinato, que emergiu das lutas dos anos oitenta, envolvendo diversas tendências políticas e organizações, tem a educação, vista num sentido amplo, como uma de suas principais demandas. Em relação a essa questão é necessário reconhecer, como assinala Gohn, que existe um caráter educativo intrínseco aos movimentos sociais, vinculado à consciência de seu direito à cidadania e que se constrói no âmbito de suas lutas. Tal conhecimento, por seu turno, os habilita a uma posição de “ruptura com a postura tradicional de demandatários de bens de consumo coletivo: não se espera o cumprimento de promessas, organizam-se táticas e estratégias para a obtenção do bem por ser um direito social.”<sup>7</sup>

Foi esse novo campesinato, organizado, imbuído da perspectiva da transformação de sua realidade que engendrou mecanismos de pressão que levaram à constituição do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, vinculado ao INCRA, inicialmente voltado para projetos de alfabetização de jovens e adultos assentados, em parceria com as universidades públicas.<sup>8</sup> Outro setor encampado pelo Programa foi o da habilitação de profissionais de nível médio e superior, para o magistério.<sup>9</sup> As iniciativas no âmbito da educação superior ainda são recentes. Atualmente, estão em funcionamento as seguintes experiências: curso de Agronomia, em parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFSE); curso de Pedagogia, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); curso de Ciências Agrárias, em parceria com a UFPB, ministrado no campus da cidade de Bananeiras e o curso de História, iniciado em 2004, no campus de João Pessoa.

É preciso considerar, ao analisar a importância dessas iniciativas, que, se nossa estrutura agrária sempre excluiu a maioria do acesso à terra, nossa estrutura educacional também o fez. No que se refere ao ensino superior essa exclusão, que se vincula à sua origem elitista, serviu, historicamente, para aprofundar as desigualdades sociais.<sup>10</sup>

Atualmente convivemos com os resultados desastrosos do projeto neoliberal, que promove, através de sucessivos governos, desde Collor de Melo o esvaziamento da universidade pública brasileira no que se refere às verbas para sua sustentação, provocando o sucateamento de sua estrutura física e de seus equipamentos e aviltando o salário de seus professores, num progressivo afastamento de suas responsabilidades sociais com o ensino universitário.

A proposta de reforma universitária do governo aponta para a continuidade do modelo neoliberal e mantém seu caráter excludente, e é neste momento que a UFPB, numa decisão corajosa e que, certamente, não conta com a unanimidade da comunidade acadêmica, implementa um curso para um público especial, abrindo-se para a demanda daqueles que não poderiam estar na universidade pelas vias do acesso universalista e simultaneamente excludente.

Consideramos uma prova de resistência, um sopro vital que vem a “mexer com a estrutura bolorenta da Universidade” como enfatizou a profa. Rosa Godoy em sua aula inaugural do curso. Mais que isso, frente ao projeto de transnacionalização dos serviços educacionais, que colocam as universidades públicas de países como o Brasil em sério perigo, esse tipo de iniciativa significa o estabelecimento de uma parceria extremamente importante.

Recorremos aqui às ponderações de Boaventura de Souza Santos em sua lúcida análise dos rumos possíveis para evitar o fim da universidade pública, e a passagem definitiva da educação superior para o âmbito dos negócios privados em escala mundial e em prol do mercado capitalista, como vem sendo propugnado pelo Acordo Geral do Comercio de Serviços (GATS) da Organização Mundial do Comércio.<sup>11</sup>

Uma das saídas apontadas por Sousa Santos para que se preserve a universidade pública seria inverter a lógica do processo neoliberal de globalização dos serviços educacionais que nos levarão à completa mercantilização desse bem público. Seria caminhar na direção de uma “globalização contra-hegemônica”, que obviamente teria que estar vinculada a um “projecto de país” promovendo uma reforma do ensino superior que tenha “por objectivo central responder positivamente às demandas sociais pela democratização radical da universidade, pondo fim a uma história de exclusão de grupos sociais e seus saberes de que a universidade tem sido protagonista ao longo do tempo e, portanto, desde muito antes da actual fase de globalização capitalista.”<sup>12</sup>

O curso de Licenciatura em História para Movimentos Sociais do Campo configura-se como uma experiência nova e implantada no âmbito de um sistema universitário que resiste ao novo e seus “perigos”. Os problemas enfrentados no processo de sua implantação foram, em geral, de resistência velada, poucas vezes explicitada, como é o caso da sessão de discussão no Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CONSEPE) da UFPB, quando alguns conselheiros colocaram-se abertamente contra a iniciativa, escudados pelo discurso acadêmico e cientificista.

O primeiro módulo do curso desenvolveu-se em outubro de 2004, após o processo seletivo e foi o início de uma experiência rica, e ao mesmo tempo problemática, que coloca a Universidade de frente para os preconceitos arraigados em sua estrutura contra a diferença, e de intolerância à alteridade. Não é contraditório que isso aconteça num momento em que o processo de globalização neoliberal coloca na ordem do dia o atendimento às diferenças culturais, pois este o faz a partir da perspectiva do atendimento ao consumo e aos nichos do mercado segmentado e não da cidadania e da democratização das estruturas sociais.

Tal intolerância tem colocado os alunos do curso em situações em que se explicitam os limites da comunidade acadêmica provocando isolamento do grupo e conflitos em situações corriqueiras como o uso do restaurante universitário e da Biblioteca Central da UFPB. Por outro lado, a universidade, apesar de aprovado o curso não tem correspondido às expectativas no que se refere ao oferecimento de infra-estrutura básica para o seu desenvolvimento<sup>13</sup>, que carece de linha telefônica, Internet e mesmo de um funcionário à disposição de sua Coordenação. Tal situação tem gerado problemas na administração do curso e complicado ainda mais os tramites da burocracia que envolve os convênios.

Simultaneamente é necessário enfatizar o otimismo dos professores que ministraram disciplinas para os alunos do curso durante a realização do primeiro módulo. Neste sentido, observam a disposição da turma para os estudos, seu excelente nível de participação nas aulas e o grande espírito de solidariedade que os leva a atuar coletivamente na superação de dificuldades pontuais de alguns alunos.<sup>14</sup>

Trata-se de um público especialmente preparado para estar na Universidade. Inseridos no mundo do trabalho, no universo da luta social pelo acesso à terra, vinculados a seus movimentos, esses alunos não têm no curso universitário um fim em si mesmo porque partem de uma perspectiva de transformação social. Claramente vêm, também, com seus pré-conceitos, mas, ao mesmo tempo, carregam ideais que foram caros aos intelectuais até pouco tempo atrás, ideais de mudança, de coletividade, do saber para transformar, o que os

predispõem a aprender e transformar a si mesmos em intelectuais autônomos, na linha do que Paulo Freire propugnava.<sup>15</sup>

Não se trata, aqui, de defender saudosismos, nem de colocar a Universidade a reboque dos movimentos organizados, mas de fazê-la abrir-se para eles como alternativa de construção de novos intelectuais. Intelectuais que remem na contra-mão do processo de globalização pela ótica da supremacia dos mercados e busquem alternativas no rumo de outro tipo de globalização, baseada na universalidade dos direitos à cidadania plena que, em países como o Brasil, estão longe de serem atendidas.

O velho Gramsci afirmou (e continua válido) que todos os homens são intelectuais e é a sociedade de classe que os nomeia de não intelectuais em função das atividades que exercem. Por seu turno, a separação entre atividades manuais e intelectuais foi resultante da divisão dos homens em classes, situação que o jovem Marx pretendia superar e que se mantém como utopia.<sup>16</sup>

Em recente artigo Augusto Santos Silva propõe, em questão título “Podemos dispensar os intelectuais?” e a ela responde depois de diversas conjecturas sobre o papel dos intelectuais no mundo contemporâneo: “Não, não podemos dispensar os intelectuais. E no sentido que a modernidade conferiu à palavra: não podemos dispensar a intervenção social, cívica e política dos agentes do campo cultural, a partir dos lugares, das histórias e das lógicas deste campo.”<sup>17</sup>

Consideramos que o papel da Universidade pública brasileira, como *lócus* da formação de intelectuais no Brasil, é o de incluir, cada vez mais, setores marginalizados aos quais o poder do capital continua a converter em não-consumidores. Assim contribuindo para que estes, como intelectuais que são, às vezes sem o saberem, invertam a lógica perversa da exclusão a partir de outras alternativas. Alternativas essas que pressupõem a superação dos equívocos de antigos modelos sem abrir mão da perspectiva de um mundo sem escravos.

<sup>1</sup> Professora adjunta do Departamento de História da UFPB, campus João Pessoa. Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Endereço eletrônico: [rmrbehar@uol.com.br](mailto:rmrbehar@uol.com.br)

<sup>2</sup> A propósito vide: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda (Org). *Universidade e Democracia*. Experiências e alternativas para a ampliação do acesso à Universidade pública brasileira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

<sup>3</sup> A idéia de oferta de uma turma foi discutida e avançou-se, especialmente sob a orientação da Profa. Glória Escarião, à época Coordenadora de Currículos e Programas da Pró-Reitoria de Graduação da UFPB, para a criação de um curso voltado para os movimentos sociais do campo e daí para a formulação de a Resolução 18/2004 do CONSEPE, que torna possível a oferta de qualquer curso nos moldes daquele aqui apresentado.

<sup>4</sup> GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais*. A constituição da Cidadania dos Brasileiros. 2ª. Ed. São Paulo: Loyola, 2001, pp. 115-121. De acordo com a mesma autora a criação oficial do Movimento dos Sem Terra ocorreria em 1985 no I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Curitiba. Ibid. p. 136. Bruno Konder Comparato indica o mesmo ano, mas outro evento e local: 1º. Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, na cidade de Cascavel-PR. COMPARATO, Bruno Konder. *Ação política do MST*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2003, p. 23.

Entretanto, as lideranças do Movimento preferem tratar a criação do MST como um processo em que as datas ficam relativizadas por sua relação com a própria CPT, à qual vinculam sua origem. Severino Ramos de Figueiredo: depoimento [set. 2004] Entrevistadores: Daniel Soares Simões e Fabrício Gomes. O entrevistado é quadro dirigente do MST, graduado em História e indicado pelo Movimento para a Coordenação do referido curso, em parceria com a Coordenadora indicada pelo Departamento de História da UFPB, Profa. Cláudia Engler Cury, de seu quadro docente permanente.

<sup>5</sup> COMPARATO, Bruno Konder. Op. cit., p. 23.

<sup>6</sup> A "via campesina" inclui movimentos sociais em toda a América Latina garantindo unidade à luta camponesa, para além da diversidade dos grupos que a compõem como é o caso da CPT e do MST, no Brasil.

<sup>7</sup> GOHN, Ma. da Glória. *Movimentos sociais e educação*. 5ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 18.

<sup>8</sup> O Programa tem uma abrangência limitada pela escassez de recursos e grande demanda. Em 2002, por exemplo, "estava presente em apenas 14% dos assentamentos então existentes." ANDRADE, M. R., e DI PIERRO, M. C. A Construção de uma Política de Educação na Reforma Agrária. In: ANDRADE, M. R., DI PIERRO, M. C., MOLINA, M. C., e JESUS, S. M. S. A de. Op. cit. p. 22.

<sup>9</sup> "No período de 1999 a 2002, mais de 1.000 jovens assentados participaram de processos de elevação de escolaridade e habilitação profissional para o exercício do Magistério, 61% deles em cursos de nível médio e 39% em cursos superiores de pedagogia." Ibid. pp. 31-32.

<sup>10</sup> A propósito do tema vide: NADAI, Elza. *Ideologia do progresso e ensino superior* (São Paulo 1891- 1934). São Paulo: Edições Loyola, 1987; GERMANO, José Willington. *Estado Militar e Educação no Brasil* (1964-1985). São Paulo: Cortez, 1993; CHAUI, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

<sup>11</sup> Boaventura de Sousa Santos. *A Universidade no Século XXI – Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.

<sup>12</sup> Ibid. p. 55.

<sup>13</sup> A sala em que funciona a Coordenação do curso não possui linha telefônica nem Internet no momento e mesmo um funcionário efetivamente colocado à disposição da Coordenação.

<sup>14</sup> Especificamente citamos Regina Célia Gonçalves: depoimento [maio 2005]. Entrevistadora: Regina Behar. A entrevistada foi professora da disciplina Introdução ao Estudo da História, durante o primeiro módulo do curso.

<sup>15</sup> FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

<sup>16</sup> Vide: GRAMSCI, Antonio. A formação dos intelectuais. In: GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989; MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

<sup>17</sup> Augusto Santos Silva. Podemos dispensar os intelectuais? In: Izabel Margato e Renato Cordeiro Gomes (orgs). *O papel dos intelectuais hoje*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004, p. 56.